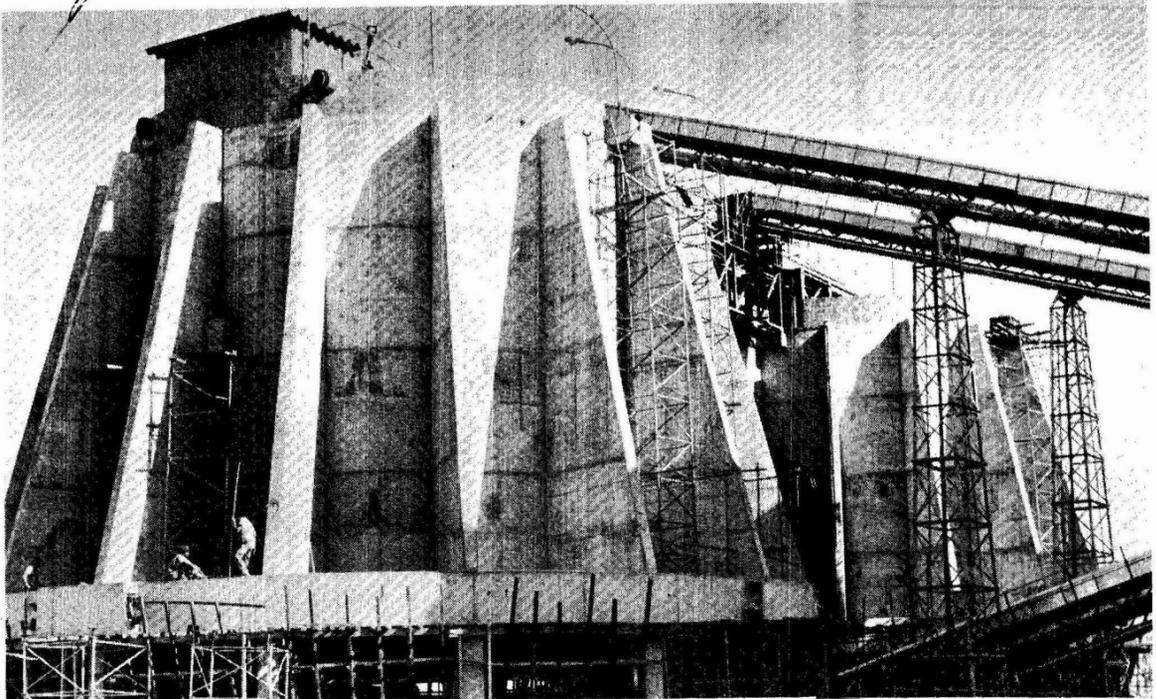


Diário Federal - Lince



Na época da construção da usina, o então governador José Ornellas foi advertido sobre as irregularidades

Usina gasta mais Cz\$ 35 milhões

Verba vai permitir, experimentalmente, funcionamento por um ano

SILVANA DE FREITAS
Da Editoria de Cidade

A usina de lixo de Brasília, instalada na Ceilândia para processar 600 toneladas diariamente, mas desativada por problemas quando de sua construção, irá mesmo funcionar em caráter experimental durante um ano. O governador José Aparecido já autorizou a liberação de Cz\$ 35 milhões para a assinatura de convênio entre a empresa construtora Carioca Engenharia e a Secretaria de Serviços Públicos. Hoje o secretário, José Carlos Mello visita as instalações da usina para dar andamento ao processo de contratação.

Desde abril esta alternativa vem sendo discutida em diversas instâncias do GDF, por sugestão do SLU e da Caesb. Naquele mês, foi fixado o valor de Cz\$ 12 milhões, posteriormente corrigido. Os Cz\$ 35 milhões já liberados não incluem, no entanto, programas de treinamento de técnicos do SLU para posterior operação. Caso seja confirmado que a usina não terá mesmo condições de funcionar regularmente em Brasília, por inadequação à realidade do lixo local, a empresa será acionada judicialmente para cobrir os danos.

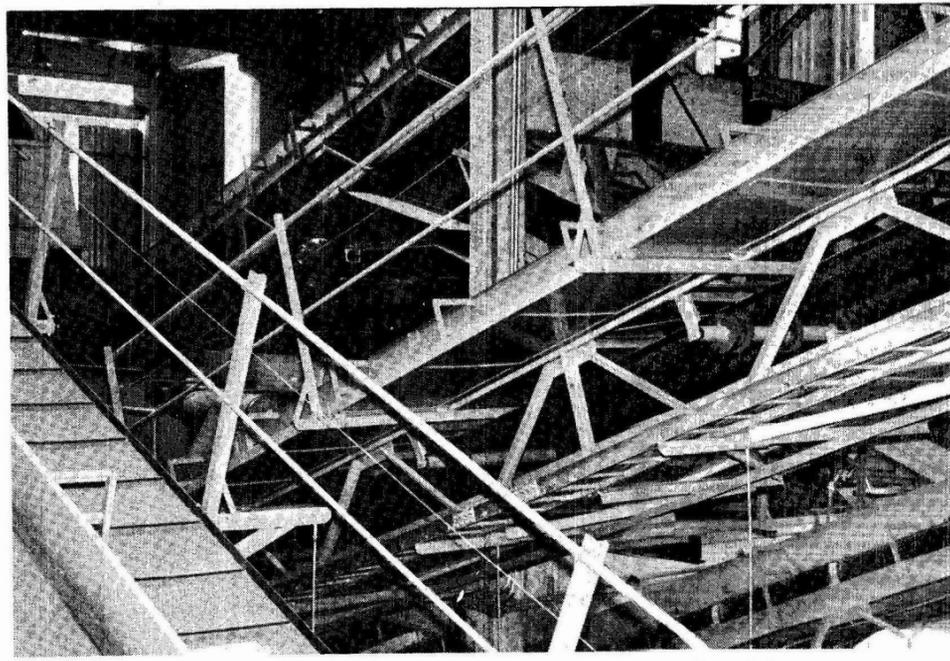
PROCESSAMENTO

De acordo com proposta de contrato elaborada pela Secretaria de Serviços Sociais mês passado, a usina deverá receber uma média de até 1 mil e 500 toneladas de lixo a cada três dias úteis para atingir o processamento mensal mínimo de 9 mil e 800 toneladas. A proposta, no entanto, prevê que a "catação" de resíduos sólidos será feita manualmente por funcionários do SLU. Esta alternativa reduziu o custo da operação de Cz\$ 523,10 para Cz\$ 399,30 por cada tonelada. A receita estimada na venda do composto orgânico e produtos reciclados é de Cz\$ 402,30, compatível com o custo sem a "catação".

A usina deverá funcionar de 6h a meia-noite, com exceção dos finais de semana e feriados, além dos períodos de manutenção quando o processamento do lixo fica necessariamente reduzido. O preço do composto para quem não é agricultor deverá ser o de mercado, enquanto que o produtor poderá ter um desconto de 60 por cento. A suspensão do contrato ou a prorrogação do prazo de operação experimental, fixada em um ano, poderá ocorrer por determinação da Secretaria de Serviços Públicos e da empresa Carioca Engenharia.

Depois da assinatura de contrato, a empresa irá dispor de dois meses para iniciar efetivamente a operação da usina, onde estão previstos perda de 19,4 por cento do material, além da produção de 45 por cento de composto orgânico e 15,6 por cento de produtos recicláveis como plásticos, alumínio, latas e papel. Todos estes materiais serão vendidos pelo próprio SLU que, desta forma, pretende ressarcir os cofres do GDF da despesa de Cz\$ 35 milhões para a contratação da operação. Para garantir a compatibilidade entre custo da operação e receita, o governador José Aparecido irá baixar decreto fixando novos valores de venda do composto orgânico, correspondente a 2,7 OTN por cada tonelada.

O funcionamento em caráter experimental será acompanhado por técnicos da Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental, com o apoio da Caesb, Universidade de Brasília e SLU, que deverão emitir relatório do desempenho operacional da usina. Ficará a Cetesb, no entanto, responsável pela supervisão indicando técnicos da empresa encarregados da permanente fiscalização. A empresa Carioca Engenharia irá, pelo período de um ano, assegurar a execução dos trabalhos de administração, operação e manutenção dos equipamentos fixos e instalados da usina.



As esteiras que transportam o lixo só cumpriram o seu papel por três meses

Tratamento do lixo durou 3 meses

A usina de lixo da Ceilândia foi inaugurada em fevereiro do ano passado e operou apenas três meses, quando surgiram sérias falhas em sua estrutura. A tecnologia Trigá, de origem francesa, não tinha nenhuma tradição no Brasil. Depois de construída, constatou-se que o padrão do lixo do DF é incompatível com a estrutura da usina, preparada para processar somente o lixo francês. Os diferentes hábitos de alimentação e culturas também diversas implicam em variados padrões de lixo.

Enquanto o lixo francês é

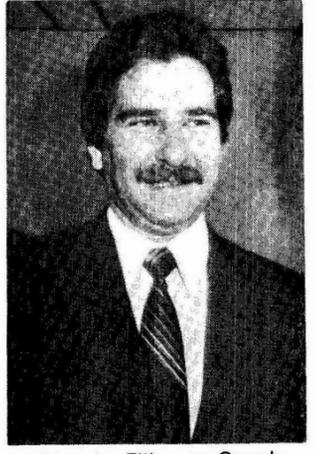
composto basicamente por alimentos, plantas e papéis, o brasileiro tem abundância de plásticos, cobres, madeira, garrafas e latas. Estes materiais são coletados pelos franceses, que os vendem. Esta diferença implicou na dificuldade da triagem dos produtos recicláveis da usina de Brasília que, agora, deverá ser feita manualmente pelos funcionários do SLU. Também a densidade do lixo apresentou problemas no funcionamento da usina. O edital, segundo a Carioca, teria fixado a densidade média de 159 quilos por metro cúbico enquanto que

hoje estaria em torno 750 quilos. Mais uma falha, no entanto, foi identificada. Os hábitos de consumo da população de Brasília mudaram nos últimos anos, implicando na alteração do tipo de lixo. O projeto deixa poucas margens de flexibilidade a alterações desta ordem, quando deveria absorver pequenas variações do padrão do lixo. Um exemplo de usina que permaneceu funcionando, apesar das alterações verificadas nos hábitos de consumo, é a própria usina do SLU que opera há mais de 20 anos.

Ex-diretor já previa fracasso

A construção da usina de lixo de Brasília através do processo Trigá, adotado pela empresa Carioca de Engenharia, poderá ser transformado numa grande aventura tecnológica. O alerta foi feito pelo ex-diretor do Planejamento do SLU e ex-funcionário da Caesb, Valter Pedrosa de Amorim, antes do início das obras. Ele alegou, em reportagem publicada por um jornal local no dia 30 de abril de 1984, que iria ocorrer uma "importação de pacote tecnológico da França, completamente inadequado para as condições físicas, químicas e higiênicas de Brasília".

O alerta, no entanto, não foi ouvido pela direção da Caesb, que contestou veementemente parte de seus argumentos, deixando outros obscuros. Era superintendente da Caesb na época João Carlos de Siqueira Lima, que acusou o engenheiro Valter Amorim de desconhecimento do tema, embora ele tenha diversas publicações ligadas à área. Em resposta à acusação de irregularidades na licitação, Siqueira Lima assegurou que "seguiu, rigidamente, as normas exigidas pela legislação". Valter Amorim apontou, porém, outras irregularidades: a licitação deveria estar sendo realizada pelo SLU e não pela Caesb, responsável exclusivamente pelo setor de água e esgotos.



Siqueira Filho, ex-Caesb

Consultor da Organização Mundial de Saúde (OMS), hoje residindo em El Salvador, ele denunciou que o processo Trigá seria inaplicável às condições brasileiras e em especial às características físicas e químicas do lixo doméstico do DF. De acordo com ele, há diferenças de clima, de composição química e física nos resíduos sólidos, além de variações sazonais dos restos domiciliares. Ele lembrou ainda que não havia nenhuma tradição de aplicação

deste processo no Brasil ou mesmo em outros países da América Latina.

Na ocasião, Valter Amorim previu ainda que este seria mais um pacote "comprado no exterior", acrescentando que a alternativa escolhida pela Secretaria de Serviços Públicos determinava a manutenção da submissão colonialista da engenharia sanitária brasileira, através de processo tecnológicos "discutíveis". Para ele, tratava-se de um trabalho pioneiro e global, que processaria 100 por cento dos resíduos sólidos da região e poderia permitir o desenvolvimento de uma tecnologia "planaltina" nesta área de impacto ambiental.

A tarefa de coordenar o processo de licitação e contratação, de acordo com ele, caberia ao SLU. A Caesb, para o engenheiro, era incompetente para realizar tal trabalho. Ele denunciou ainda o desperdício de recursos, antes mesmo do início das obras, quando a Caesb recebeu dos cofres do GDF Cz\$ 900 milhões, que correspondiam a 10 por cento do valor orçado inicialmente para a obra. Apesar de sua participação intensa na consolidação do sistema de limpeza pública do DF, ele foi demitido por suas posições críticas em relação a diversas irregularidades da administração pública.

Imprensa advertiu o governador

A imprensa de Brasília esteve atenta para as irregularidades no processo de licitação da construção da usina, sobretudo pela dimensão e elevado custo da obra. Na coluna Atualidades, em edição de 21 de março de 84, o CORREIO BRAZILIENSE faz um apelo ao então governador José Ornellas: "Olho vivo, sr. governador! O lixo fede e voverá feder muito mais ainda. Já não basta o fedor do Lago Sul?", indaga a reportagem. Naquela época, já era pública a insatisfação de "gregos e troianos". No dia seguinte, na mesma coluna, o superintendente da Caesb, João Carlos Siqueira Lima, assegura que não havia porque temer qualquer anormalidade.

A coluna social Consuelo Badra afirmava que a Caesb vinha se mantendo rigorosamente nos limites fixados pelo edital

de licitação, sem permitir qualquer falta de cautela, na edição do Jornal de Brasília do dia 23 de março daquele ano. Dois dias depois, a coluna Atualidades do CORREIO volta a citar a usina de lixo da Ceilândia, revelando que duas firmas do mais alto gabarito, com experiência comprovada em todo o mundo, foram desclassificadas. Na reportagem, o repórter afirma que havia muita gente de "orelha em pé".

Pelos Gabinetes do Congresso Nacional, comentava-se a desclassificação das duas empresas mais experientes, detentoras de patentes de processos responsáveis pela construção de mais de 200 unidades de tratamento de lixo no mundo. Em reportagem do dia 10 de maio daquele ano, novamente na coluna Atualidades, é anunciado o adiamento da assinatura do

contrato. E que a empresa Entepa havia entrado com ação cautelar exigindo o direito de participar da licitação, da qual fora excluída. Novamente, corria-se o risco de voltar à estaca zero, com a anulação da concorrência pública, o que não ocorreu. Depois da aprovação da proposta da Carioca, que previa um custo inferior a Cz\$ 10 milhões, os jornais locais foram anunciando, gradativamente, o aumento do preço para construção da usina que chegou a 10 milhões de dólares. O jornal Última Hora publicou carta do diretor da Entepa, Roberto Rocha, onde ele mostra sua surpresa com as declarações do superintendente da Caesb em relação à inexistência de estudos sobre tratamento de lixo no Brasil. Esta empresa, há mais de 20 anos, já operava no País.

Firma vê parcialidade

Inconformada com a desclassificação no processo de licitação pública da Caesb para contratação das obras de construção da usina de lixo de Brasília, a empresa Entepa recorreu judicialmente, através de ação cautelar, contra a decisão da comissão de julgamento do órgão. Na ação, impetrada no dia 30 de abril de 1984, a firma apresenta a suspeita de que a comissão agiu com parcialidade para eliminar esta empresa que reunia melhor condição técnica e menor preço. A Entepa era a única concorrente com experiência no Brasil, já tendo construído oito usinas em pleno funcionamento.

A proposta inicial de preço da empresa Carioca de Engenharia situava-se quase 50 por cento acima da proposta da Entepa, que previu o custo de Cz\$ 5 milhões. A Carioca propunha, na ocasião, a liberação de Cz\$ 8 milhões 961 mil. Na ação cautelar, a Entepa afirma que a licitação não obedeceu ao edital, pois a comissão alterou os padrões técnicos fazendo exigências absurdas na obtenção do composto orgânico, como a temperatura de 65 graus no interior do digestor acelerado num lapso de até 96 horas.

A empresa acrescenta que esta temperatura e tempo, no digestor, não são necessárias e nem suficientes para a obtenção do composto orgânico, fundamentando-se em exigências técnicas da Cetesb e Ministério da Agricultura. Para a direção da Entepa, "a comissão não entendeu o edital ou não desejou entendê-lo, impondo uma condição técnica

inadequada" para alijá-la da concorrência. Na ação cautelar, a empresa procura provar que sua proposta havia sido elaborada estritamente em conformidade com o edital de licitação.

Quando a direção da Entepa tomou conhecimento de que a proposta fora considerada "desqualificada", recusou-se a receber o envelope lacrado com a proposta de preços. Esta empresa adota o processo Dano de Tratamento de Lixo, de origem dinamarquesa, com mais de 200 usinas instaladas em diversos países. No Brasil, das nove usinas que já existiam naquele ano, oito foram construídas pela Entepa, entre as quais a usina de lixo do SLU, em Brasília. Esta experiência teria possibilitado à Entepa apresentar uma proposta tecnicamente exequível e financeiramente adequada.

RECURSO
Também a empresa concorrente Vega Sopave, desqualificada do processo de licitação na primeira etapa, recorreu à decisão da comissão apresentando o mesmo argumento: inexistência de concordância dos critérios de julgamento da comissão com as regras estabelecidas no edital. No recurso, a Vega Sopave afirma que o edital não prevê a desqualificação prévia das propostas técnicas, que a comissão estabeleceu através da fixação de "notas" para cada concorrente.

Esta empresa queria um sistema de avaliação do "tudo ou nada", com a inclusão do item "custos" na avaliação das condições técnicas.